

# APRESENTAÇÃO

A Revista de Defesa da Concorrência (RDC) tem a satisfação de apresentar sua primeira edição de 2025, que reflete o contínuo esforço editorial em reunir e divulgar pesquisas relevantes e atuais sobre defesa da concorrência. Esta edição tem como ponto alto seção dedicada à publicação de cinco artigos apresentados no *III Rio International Workshop on Advances in Competition Policy Analysis*, realizado no final de 2024, resultado de uma colaboração entre o evento e a RDC. Os textos foram submetidos regularmente à plataforma da Revista e passaram pelo processo de avaliação por pares, reafirmando o compromisso com o rigor científico e a qualidade editorial.

O primeiro artigo analisa a jurisprudência do Cade no setor de saneamento básico desde a promulgação da Lei nº 12.529/2011, com destaque para as características estruturais do setor, a definição de mercado relevante e os critérios utilizados nas análises de concentração, explorando, nesse contexto, a privatização da Sabesp.

Na sequência, o segundo texto investiga a experiência brasileira com remédios em mercados digitais, a partir de revisão de literatura e estudo de casos, para verificar o posicionamento do Cade próprio ou se seguiu tendências de outras jurisdições. O terceiro analisa a interação entre políticas industriais e concorrenciais explorando o arcabouço regulatório do Brasil e suas implicações para a economia digital. O quarto artigo, por sua vez, realiza um estudo de caso e examina os impactos concorrenciais da digitalização sobre o setor varejista brasileiro, enquanto o quinto realiza revisão bibliográfica como o Cade tem discutido as questões de inovação na avaliação de atos de concentração, tomando como ponto de partida a literatura antitruste e as experiências dos EUA e da Comissão Europeia.

A edição prossegue com um artigo que explora a relação entre a regulação setorial e a defesa da concorrência, por meio de um estudo de caso sobre eventuais conflitos de competência entre o Cade, o Bacen e a Anatel. O sétimo estudo, de autoria de pesquisadores argentinos e colombianos, discute sobre o padrão de prova no procedimento de sanção administrativa do Indecopi, autoridade da concorrência do Peru, complementando a revisão bibliográfica realizada com uma análise heurística e proposicional do padrão de prova aplicável a tal procedimento.

No oitavo artigo, as autoras discutem o enfraquecimento do direito do trabalho, o papel do direito antitruste na relação da Uber e seus motoristas, e a sua reconfiguração para endereçar diferentes vulnerabilidades. Já o nono texto avalia a potencial desarticulação entre direitos civis e econômicos considerando em especial a utilização indevida de dados pessoais de consumidores, em situação de abuso de posição dominante. Aborda, ainda, a possibilidade de harmonização de interesses e direitos aparentemente opostos no âmbito da competência do Cade.

A regulação da concorrência entre plataformas digitais na União Europeia é o tema do décimo artigo, que apresenta uma análise crítica do *Digital Markets Act (DMA)* e seus impactos esperados para os mercados digitais. Encerrando esta edição, o último estudo utiliza métodos quantitativos e qualitativos, abordando a teoria das redes, para identificar a existência de substitutibilidade pelo lado da demanda e da oferta entre rotas internacionais com origem ou destino no Brasil, possibilitando uma análise mais precisa em processos de fusões e aquisições que impactam o mercado de aviação internacional brasileiro.

A equipe editorial da RDC agradece a todos os autores e pareceristas envolvidos na construção desta edição e reitera seu compromisso com a difusão de conhecimento qualificado e interdisciplinar sobre temas que envolvem a concorrência, tanto no Brasil quanto internacionalmente. Desejamos a todos uma excelente leitura!

**Alexandre Cordeiro Macedo**

Presidente do Cade

**Victor Oliveira Fernandes**

Editor-chefe da RDC